

PROCEDIMENTO N.º 8015/2023

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES NÃO URGENTES DE DOENTES

PROGRAMA

**Serviço de Aprovisionamento
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.**

PROCEDIMENTO N.º 8015/2023

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES NÃO URGENTES DE DOENTES

PROGRAMA

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º

IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO E OBJETO

1. O presente concurso público tem por objeto principal a prestação de serviços de transporte de doentes não urgentes em Ambulância e em Veículo Dedicado ao Transporte de Doentes (“VDTD”), do seu domicílio dos concelhos da área de influência do Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E. (HDFF,EPE) e outras unidades de saúde para realização de exames, tratamentos ou consultas, e o respetivo transporte de regresso do doente ao seu domicílio.
2. Os serviços a adquirir inserem-se na categoria 85143000-3, descrita como “Serviços de ambulâncias”, constante do regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV).

ARTIGO 2.º

ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE

A entidade adjudicante é o Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E., abreviadamente designada por HDFF, EPE, sito na Rua do Hospital, Gala, 3094-001 Figueira da Foz, com o n.º telefone (00351) 233 402 000, fax (00351) 233 431 268, correio eletrónico concursos@hdfigueira.min-saude.pt relativo ao Serviço de Aprovisionamento, responsável pelo presente Concurso e endereço de plataforma eletrónica acingov.pt.

ARTIGO 3.º

ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

O presente procedimento foi autorizado por deliberação do Conselho de Administração do HDFF, EPE, em reunião de 28 de fevereiro de 2023.

ARTIGO 4.º

FUNDAMENTO PARA A ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

Em cumprimento do disposto no artigo 38.º do CCP e de acordo com os termos da regra geral de escolha de procedimento (prevista nos artigos 18º a 21º do CCP) nomeadamente a alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, é adotado o procedimento na forma de Concurso Público Internacional.

ARTIGO 5.º

CONSULTA DOS DOCUMENTOS DO PROCEDIMENTO E RESPETIVO PROCEDIMENTO

1. As peças do procedimento são disponibilizadas na Plataforma Eletrónica, em área de acesso livre, e de forma completa e gratuita, desde o dia da publicação dos anúncios do procedimento no Diário da República.

2. Para ter acesso à Plataforma Eletrónica, cada interessado deverá efetuar o registo no endereço eletrónico www.acingov.pt, sendo este registo gratuito, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 23.º e n.º 3 do artigo 28.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. O acesso aos restantes documentos do procedimento, designadamente os relativos aos esclarecimentos e às retificações da autoria da Entidade Adjudicante, às suas decisões de prorrogação do prazo, às listas dos erros e omissões identificados pelos interessados, à lista dos erros e omissões aceites pela Entidade Adjudicante e às notificações e comunicações na fase prévia à apresentação das propostas, é reservado aos interessados registados e participantes no mesmo.
4. Quando, por qualquer motivo, o Programa do Procedimento ou o Caderno de Encargos não tiverem sido disponibilizados, nos termos do disposto no n.º 1, desde o dia da publicação dos anúncios do Procedimento no Diário da República, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, oficiosamente ou a pedido dos interessados, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.
5. A decisão de prorrogação prevista no número anterior cabe ao órgão competente para a decisão de contratar e deve ser junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão, nos mesmos termos em que foram publicitados os anúncios do presente procedimento.

ARTIGO 6.º

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IDENTIFICAÇÕES DE ERROS E OMISSÕES

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri do procedimento, devendo os interessados apresentar os seus pedidos de esclarecimento, por escrito, através da Plataforma Eletrónica, até antes das 17:00 do dia em que termina o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.
2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo Júri do procedimento, por escrito, através da Plataforma Eletrónica, até antes das 17:00 do dia em que termina o segundo terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.
3. A falta de resposta, até à data prevista no n.º 2, a pedidos de esclarecimento solicitados nos termos previstos no n.º 1 justifica a prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
4. No mesmo prazo previsto no n.º 1, os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões detetados no Caderno de Encargos, relativos aos elementos previstos no n.º 2 do artigo 50.º do CCP, com exceção dos referidos na alínea d) do mesmo normativo e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.
5. No mesmo prazo previsto no n.º 2, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
6. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no número anterior.

7. Sem prejuízo do previsto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 2, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, sem prejuízo, neste caso, do previsto no artigo 64.º do CCP.

8. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na Plataforma Eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.

9. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

ARTIGO 7.º

JÚRI

1. O Júri do Procedimento é composto por cinco membros (três efetivos e dois suplentes).

2. Compete ao júri do procedimento praticar todos os atos e realizar todas as diligências relacionadas com o presente procedimento, nomeadamente a prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, a avaliação das propostas, a realização da audiência prévia dos concorrentes e a elaboração dos relatórios preliminar e final.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO

ARTIGO 8.º

PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. A proposta e os documentos que a constituem devem ser apresentados no limite máximo das 17h00 do trigésimo dia após envio para publicação do anúncio em Jornal Oficial da União Europeia.

2. Todos e cada um dos documentos submetidos na Plataformas Eletrónica devem ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto nos n.os 2 a 6 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, e com aposição de selos temporais, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 55.º desse mesmo diploma.

3. Nos casos em que o certificado digital utilizado não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, devem os concorrentes dar cumprimento ao previsto no n.º 7 do artigo 55.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, submetendo na Plataforma Eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.

4. Nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, a mera assinatura eletrónica de ficheiros “zip.” ou equivalentes, que contenham vários documentos eletrónicos, não será admissível, devendo tais documentos ser individualmente assinados nos termos referidos no número anterior.

5. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo anexado à proposta dos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção, nos termos do n.º 5 do artigo 66.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

ARTIGO 9.º

DOCUMENTOS DA PROPOSTA

1. Sob pena de exclusão, as propostas devem ser constituídas, pelos seguintes documentos:

a) Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, com observância das formalidades previstas, conforme o caso, nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo, e elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao CCP, na sua redação atual;

b) Documento onde conste:

(i) **Preço da taxa de saída**, qualquer que seja a sua tipologia, e para deslocações menores ou iguais a 20 Km, ou 15 km, caso se trate respetivamente de ambulância ou VDTD, de acordo com o referencial único da plataforma de distâncias Google considerado pelo SGTD, por cada doente e/ou acompanhante transportado, até ao limite da lotação do veículo, que inclui as deslocações de ida e de volta; não pode haver lugar a qualquer faturação adicional, exceto consumíveis – NOTA 1: os valores das «taxas de saída» propostas para os serviços de transporte não podem ser superiores, sob pena de exclusão da proposta, ao previsto no n.º 2 do Despacho do SES n.º 7702-A/2012, de 4 de junho, alterado pelos Despachos do SES n.º 8706/2012, de 29 de junho e n.º 7980-A/2022 de 29 de junho;

(ii) **Preço por Km a praticar por cada tipo de transporte** previsto na Portaria n.º 260/2014 de 15 de dezembro, para deslocações superiores a 20 ou 15 Km, de acordo com o referencial único da plataforma de distâncias Google considerado pelo SGTD, caso se trate respetivamente de ambulância ou VDTD, – NOTA 1: os preços por cada tipo de transporte não podem ser superiores, sob pena de exclusão da proposta, ao previsto no n.º 1 do Despacho do SES n.º 7702-A/2012, de 4 de junho, alterado pelo Despacho n.º 7980-A/2022 de 29 de junho, na sua redação atual.

(iii) **Preço a pagar a partir do segundo doente**, qualquer que seja a tipologia do veículo de transporte, para (a) deslocações superiores a 20 ou 15 Km, caso se trate respetivamente de ambulância ou VDTD, apresentados em percentagem (%) do valor da quilometragem associada ao doente com a maior distância percorrida (“primeiro doente”) – NOTA 1: os preços por cada tipo de transporte não podem ser superiores, sob pena de exclusão da proposta, ao previsto no n.º 4 do Despacho do SES n.º 7702-A/2012, de 4 de junho, alterado pelo Despacho n.º 7980-A/2022 de 29 de junho.

(iv) **Valor de cada acompanhante de doente** transportado nas deslocações superiores a 20 ou 15 km, caso se trate respetivamente de ambulância ou VDTD, apresentado em percentagem (%) do valor correspondente à quilometragem associada ao transporte do respetivo doente – NOTA 1: os preços por cada tipo de transporte não podem ser superiores, sob pena de exclusão da proposta, ao previsto no n.º 5 do Despacho do SES n.º 7702-A/2012, de 4 de junho, alterado pelo Despacho n.º 7980-A/2022 de 29 de junho.

(v) **Preço da 2.ª hora de espera e seguintes** qualquer que seja a tipologia do veículo de transporte nas deslocações superiores a 20 ou 15 km, caso se trate respetivamente de ambulância ou VDTD – NOTA 1: os preços por cada tipo de transporte não podem ser superiores, sob pena de exclusão da proposta, ao previsto no n.º 6 do Despacho do SES n.º 7702-A/2012, de 4 de junho, alterado pelo Despacho n.º 7980-A/2022 de 29 de junho.

(vi) **Preços para Kit de parto, Ventilador** (para situações devidamente requisitadas e em ambulância diferente do tipo C) e Oxigénio – NOTA 1: os preços por cada tipo de transporte não podem ser superiores,

sob pena de exclusão da proposta, ao previsto no n.º 7 do Despacho do SES n.º 7702-A/2012, de 4 de junho, alterado pelo Despacho n.º 7980-A/2022 de 29 de junho.

c) Descrição das viaturas a afetar à prestação do serviço com a indicação do equipamento que cada viatura dispõe, sendo indispensável que as ambulâncias estejam equipados de acordo com a legislação em vigor e todo equipamento descrito no Caderno de Encargos;

d) Apresentação de Alvará da entidade transportadora;

e) Identificação, carta de condução e curso de tripulante de ambulância de transporte de socorro e/ou SBV ou equivalente ao tipo de transporte homologado pelo INEM;

f) Relação indicativa dos recursos humanos a afetar à prestação de serviços e respetivas cópias de certificados de formação emitidos pelas entidades competentes, conforme a Portaria n.º 260/2014 de 15 de dezembro;

g) Declaração com a identificação completa do concorrente ou de todos os membros do agrupamento, com os seguintes elementos: (I) endereço, (II) telefone, (III) telefax e ou de correio eletrónico, (IV) número de identificação de pessoa coletiva e (V) nomes dos titulares dos corpos gerentes e de outras pessoas com poderes para obrigar o concorrente, bem como, se for o caso, a (VI) indicação da entidade designada para representar o agrupamento;

h) Certidão permanente atualizada do concorrente ou de todos os membros do agrupamento, da qual deverá resultar que quem assina a proposta tem poderes de vinculação do concorrente ou que conferiu esses poderes a um procurador, caso em que deve ser igualmente junto o respetivo instrumento de representação (procuração).

2. Os documentos da proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

3. A apresentação dos documentos constitutivos da proposta obedece, nomeadamente, ao disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP e na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

4. Na elaboração das propostas os concorrentes devem ter em consideração o disposto no Caderno de Encargos. 5. Os documentos constitutivos da proposta não podem conter emendas, rasuras ou alterações, salvo se do contexto for possível extrair em termos inequívocos a vontade declarada nos mesmos pelo respetivo autor.

5. Os preços constantes das propostas são indicados em algarismos e em unidade monetária (euro).

ARTIGO 10.º

CONCORRENTES E AGRUPAMENTOS DE CONCORRENTES E IMPEDIMENTOS

1. Os concorrentes podem apresentar-se individualmente ou em agrupamento, caso este em que, na posição de adjudicatário, todos e apenas os seus membros devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, com responsabilidade solidária, sob pena de caducidade da adjudicação.

2. Em caso de agrupamento concorrente, deve o mesmo adotar uma designação conjunta, sendo designado um representante do agrupamento para todos os efeitos procedimentais.

3. Sem prejuízo do disposto no artigo 55.º-A do Código dos Contratos Públicos, não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades relativamente às quais se verifique alguma situação prevista no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 11.º

PROPOSTAS VARIANTES

Não é permitida apresentação de propostas variantes (de acordo com o artigo 59.º do CCP), pelo que o concorrente apenas poderá apresentar a proposta base.

ARTIGO 12.º

PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 90 (noventa) dias contados da data limite para a sua entrega.

ARTIGO 13.º

CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

O critério de adjudicação é Monofator, sendo densificado por um único aspeto da execução do contrato a celebrar, o preço, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.

ARTIGO 14.º

CRITÉRIO DE DESEMPATE

1. Se existirem propostas com a mesma classificação final, o desempate será efetuado através de sorteio presencial.
2. A data, hora e local em que ocorrerá o sorteio será comunicada a todos os concorrentes empatados, através da plataforma eletrónica, com a antecedência mínima de 3 (três) dias.
3. O sorteio decorrerá da seguinte forma:
 - a) Será criada uma numeração de acordo com o número de concorrentes empatados;
 - b) A numeração será introduzida em recetáculo opaco, de onde cada concorrente, devidamente credenciado, extrairá a numeração;
 - c) Os concorrentes serão ordenados de acordo com a numeração que lhes couber;
 - d) O sorteio decorrerá na presença do júri do concurso.
4. Do sorteio será redigida uma ata a submeter a assinatura de todos os presentes.

ARTIGO 15.º

LOTES

1. O presente procedimento será dividido em dois lotes, conforme estipulado no n.º 2 do art.º 46.º-A do CCP. Deste modo o presente procedimento será dividido em:
 - a) Lote 1: VDTD
 - b) Lote 2: Ambulâncias do tipo A do Tipo C
2. Os concorrentes podem concorrer a um só lote ou à totalidade dos lotes.

ARTIGO 16.º

NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

1. A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final de avaliação das propostas, sendo aí indicado, quando aplicável, o prazo de suspensão a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 104.º do CCP.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a Entidade Adjudicante notifica o adjudicatário para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar :
 - a) Apresentar os documentos de habilitação referidos no n.º 1 artigo 81.º do CCP;
 - b) Reprodução do Alvará que titula a autorização para o exercício da atividade objeto do contrato ou a indicação da isenção legal para o efeito, se aplicável;
 - c) Relação da frota a afetar à prestação do serviço, exigindo-se, para cada viatura, uma reprodução dos seguintes documentos:
 - (i) Alvará do INEM, I.P.;
 - (ii) Livrete; e
 - (iii) Certificado de Licenciamento da Direcção-Geral de Viação (ou entidade que lhe tenha sucedido nas suas atribuições); d) Se pronunciar sobre a minuta de contrato.
 - d) O Adjudicatário deverá apresentar:
 - (i) Seguro de responsabilidade civil automóvel, atualizado e de montante mínimo de cobertura exigido na lei, abrangendo as viaturas, os doentes e acompanhantes;
 - (ii) Seguro de responsabilidade civil para garantia de eventuais prejuízos causados pelo pessoal ao seu serviço.
3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, e no prazo de 10 (dez) dias, a Entidade Adjudicante notifica ainda o adjudicatário para:
 - a) Prestar caução, nos termos do artigo 15.º, indicando expressamente o valor da caução a prestar, quando aplicável;
 - b) Apresentar os documentos comprovativos da confirmação dos compromissos assumidos por entidades terceiras relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, quando aplicável.

ARTIGO 17.º

NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1. O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação indicados no n.º 2 da cláusula anterior através da Plataforma Eletrónica, ou, no caso de esta se encontrar indisponível, através de correio eletrónico para o endereço concursos@hdfigueira.min-saude.pt, nos termos previstos na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro
2. Quando os documentos de habilitação se encontrem disponíveis na internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à Entidade Adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
3. Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a Entidade Adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos de habilitação é dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 1.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.
5. No caso de serem detetadas irregularidades nos documentos apresentados, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para suprir essas irregularidades no prazo de 5 (cinco) dias, sem prejuízo do disposto nos n. os 2 e 3 do artigo 86.º do CCP.
6. O órgão competente para a decisão de contratar notifica em simultâneo todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação, disponibilizando tais documentos na Plataforma Eletrónica, para consulta de todos os concorrentes.

ARTIGO 18.º

CADUCIDADE DE ADJUDICAÇÃO

1. A adjudicação caduca, considerando-se sem efeito quando, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário:
 - a) Não entregue a documentação que lhe seja exigida nos termos do artigo anterior;
 - b) Não preste a caução que lhe seja exigida;
 - c) Por facto imputável ao adjudicatário não compareça no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, não o outorgando, caso em que perde a caução prestada, se aplicável.
2. Nos casos previstos no número anterior, a entidade competente para autorizar a despesa pode decidir pela adjudicação ao concorrente classificado em segundo lugar.

ARTIGO 19.º

OUTRAS CAUSAS DE CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO

1. O órgão competente para a decisão de contratar pode não adjudicar o presente procedimento quando:
 - a) Nenhum concorrente haja apresentado a proposta;
 - b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c) Por circunstâncias imprevistas seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
 - d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.
2. A decisão de não adjudicação do procedimento é notificada a todos os concorrentes.

CAUÇÃO

ARTIGO 20.º

CAUÇÃO

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, deve ser prestada uma caução no valor de 5% do valor contratual, que o adjudicatário assume com a celebração do contrato, nos termos do n.º 1 do artigo 89.º do CCP.
2. O adjudicatário deve, no prazo de 10 dias a contar do ato de adjudicação, comprovar que prestou a caução.
3. A caução deverá ser prestada por qualquer modo previsto no artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.
4. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 21.º

ENCARGOS DOS CONCORRENTES

1. São encargos do concorrente, todas as despesas inerentes à elaboração da proposta.
2. As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

ARTIGO 22.º

SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO POSIÇÃO CONTRATUAL E CESSÃO DE CRÉDITOS

1. A subcontratação pelo adjudicatário é alvo de concordância por parte do HDFF, EPE.
2. A cessão da posição contratual dos direitos e obrigações decorrentes do contrato fica expressamente impedida.
3. Não é permitida a cessão de créditos.

ARTIGO 23.º

MODIFICAÇÃO OBJETIVA

É permitida a modificação objetiva do contrato nos termos das alínea a) e b) do n.º 3 do art.º 313.º do CCP.

ARTIGO 24.º

FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra.

ARTIGO 25.º

PRAZOS

1. Os prazos estabelecidos no presente Programa contam-se nos termos do artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo e não lhes é aplicável, em caso algum, o disposto no artigo 88.º do mesmo Código.
2. Os prazos fixados para a apresentação das propostas são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

ARTIGO 26.º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente concurso é regulado pelo Código dos Contratos Público, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e demais legislação aplicável.

ANEXO I MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada». 198

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo II

Modelo de Declaração

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º)

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal (1)... (firma, número de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo (ou indica... como endereço do sítio da internet onde podem ser consultados (3)) os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

Modelo Garantia Bancária ou Seguro-Caução

O (Banco/seguradora), com sede em , pessoa coletiva n.º , com o capital social de Euros, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de , sob o n.º , vem pelo presente documento, prestar a pedido e em nome de (empresa adjudicatária) na posição de ordenador/tomador, pessoa coletiva n.º , com domicílio em , uma (garantia bancária ou seguro caução) autónoma(o), à primeira solicitação, a favor do Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E., com sede na Rua do Hospital – Gala, 3094-001 Figueira da Foz, no valor de Euros (extenso), correspondente a % (identificar %), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que empresa adjudicatária ordenadora/tomadora assumirá no contrato que com ela o Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E., vai outorgar e que tem por objeto a intervenção - (designação da empreitada), regulado nos termos da legislação em vigor.

O Banco obriga-se a entregar imediatamente quaisquer quantias que se tornem necessárias, até ao limite do seu valor e que lhe sejam reclamadas, à primeira solicitação, pelo Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E., sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o ordenador/tomador possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que a empresa adjudicatária assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Figueira da Foz, _____ de _____ de 20 ____.